

Introdução: o refazer da condição periférica

Nas sociedades de origem colonial e historicamente submetidas à dependência econômica, as atuais mudanças na economia mundial, com o seu corolário de orientações culturais e administrativas, praticamente dominam o debate sobre a agenda da política econômica; os usos projetados do território e os direitos sociais que devem ser assegurados pelo Estado. Entretanto, no presente, não manifestam-se, apenas, os comandos da globalização econômica ou as diretrizes do pensamento neoliberal. Também são atualizados, simultaneamente, os códigos comportamentais que refratam e condicionam os impulsos da última modernidade, as condições econômicas oferecidas pelo espaço herdado e as hierarquias sociais.

São as características desta atualização que explicitam as singularidades de cada formação social periférica, criando fortes obstáculos à apreensão analítica do presente e, também, aos projetos que visam a defesa de uma plataforma de reivindicações compartilhada frente aos países centrais. Basta citar, nesta direção, as atuais disputas entre Brasil e Bolívia, em torno do gás, e entre Argentina e Uruguai em torno das plantas da indústria do papel. Hoje, ainda mais do que ontem, as características do espaço herdado – incluindo os bens naturais e culturais – são submetidas a um detido exame de sua possível inserção nas condições necessárias à acumulação capitalista. É este exame - que reúne técnica, informação e novas firmas posicionadas entre a produção e a reprodução - que se expressa em conceitos como: produtividade do espaço, cidade-empresa e lugares competitivos.

Estes conceitos correspondem ao ativismo contemporâneo, que é, fundamentalmente, um ativismo econômico, mesmo que envolto em orientações culturais e ideários políticos. As diretrizes deste ativismo emergem nas condições oferecidas por

projetos pretéritos, decorrentes de anteriores modernizações parciais. Trata-se de uma contraditória sobreposição dos impulsos à última modernidade que caracteriza cada período histórico. É esta sobreposição que surge no fato da aceleração e da fragmentação sócio-territorial serem, pelo menos numa primeira leitura, mais radicais nas sociedades periféricas. Afinal, nestas sociedades, o novo realmente inovador emerge mais como mímese do que como inevitável decorrência de exigências da produção. O anseio por estar "atenado" com o exterior, com o "mundo", constitui uma clara expressão deste processo.

Mesmo após a crítica à razão dualista, sempre aparecem, a cada nova pretensão modernizadora, atrasos e arcaísmos a serem superados frente ao "ritmo do mundo". No início do século XX, o que deveria ser superado era associado às oligarquias; nos anos 40 e 50, o diagnóstico do atraso envolveu o latifúndio e o imperialismo; no início da redemocratização, aquilo a ser superado foi identificado em sobrevivências do populismo e, atualmente, o nicho daquilo que exige superação é identificado no corporativismo. Como sabemos, mesmo os termos-conceitos de antiga gênese podem retornar à cena política na medida em que os diagnósticos consolidados na memória coletiva representam armas úteis em novos combates ideológicos e na instalação dos princípios do novo ajuste periférico.

Com esta leitura da modernização, pensamos que a compreensão de conteúdos econômicos, culturais e político-ideológicos do (des)encaixe espaço-temporal entre condições herdadas e comandos da atual fase do capitalismo conforma um claro desafio a ser enfrentado pela área do planejamento urbano e regional. Este (des)encaixe aparece, nesta área, com diferentes aparências que, por vezes, dificultam o reconhecimento da multitemporalidade criada por sucessivas manifestações do "novo". Entre estas aparências, salientamos:

1. a rápida substituição de correntes de pensamento, autores e obras de referência. Isto significa dizer que a área encontra dificuldades na identificação de problemáticas compartilhadas. Estas dificuldades expressam o fato de que convivem, em seu delineamento científico, ideários decorrentes de diferentes impulsos ao moderno e, portanto, projetos de diferentes forças sociais e políticas;
2. a ininterrupta incorporação, na área, de novas formações e disciplinas resulta num instável conjunto de questões teóricas, metodológicas e, até mesmo, pedagógicas. Estas questões correspondem à sintonia, refeita a cada momento, com ideários em disputa na cena mundial, que também são exigentes no que concerne ao seu sustento técnico e à renovação dos valores culturais. São exemplos atuais: a questão ambiental e a apropriação do patrimônio histórico nas políticas urbanas.

Modelos e paradigmas: impulsos globais

Nas sociedades periféricas, não acontece, apenas, a introdução de novos impulsos "do mundo" – que agora podem ser considerados como impulsos globais – mas, também, a imposição de paradigmas e modelos para a apropriação do espaço herdado e a configuração de novas territorialidades e sociabilidades. Antes de avançarmos neste ponto, convém dizer que entendemos por paradigma, na área do planejamento urbano e regional, o "norte" do pensamento e, não, questões compartilhadas, como indicado por Thomas Kuhn para a ciência normal. A natureza essencialmente política da área e a sua mutante construção disciplinar impedem uma interpretação apenas científica de sua evolução. Não foi assim na época do predomínio de engenheiros e médicos e, não é assim agora.

A idéia de "norte" expressa a natureza projetiva do planejamento, que também encontra-se presente no pensamento crítico formulado pela área, mesmo quando este pensamento encontra-se dedicado a estudos históricos mais largos. É por esta razão que os estudos do passado, quando inscritos na área do planejamento urbano e regional, adquirem, necessariamente, um caráter multitemporal, envolvendo determinantes da intervenção estudada e as conseqüências esperadas da intervenção. Nesta multitemporalidade, encontra-se incluída, também, a natureza projetiva dos próprios conceitos acionados por aqueles que se dedicam aos estudos históricos: seus ideários e expectativas políticas. Citamos, neste sentido, a análise crítica do higienismo, carregada de diagnósticos projetivos, e aqueles estudos da história da cidade onde manifestam-se a identificação, pelo pensamento crítico, dos interesses envolvidos no movimento modernizador do período analisado. Evidentemente, neste pensamento, existem, de forma implícita, remetimentos à modernização intencionada no presente.

Por outro lado, entendemos por "modelo" o conjunto dos instrumentos, metodologias e saberes envolvidos na concepção de intervenções no espaço herdado. O modelo concretiza, no presente, o "norte" da mudança buscada pelas forças que lutam pela conquista da hegemonia em cada período histórico. Evidentemente, o "norte" constitui-se num campo de disputas políticas e ideológicas, mais ou menos intensas a depender da composição das forças econômicas e sociais de cada sociedade periférica e a sua relativa autonomia frente aos comandos do mundo. Esta disputa também emerge, tecnicamente trabalhada e refratada, na concepção do "modelo".

Na dimensão histórica (e existencial) do "modelo", o "norte" assume, quase de imediato, a forma do plano e, portanto, a do diagnóstico, do elenco de metas, da estratégia e, mais recentemente, da missão. Neste momento, não conseguimos conter um olhar irônico sobre o presente. De fato, pensamos que a referência à missão,

hoje tão freqüente, significa uma tentativa de absorção do sentido do moderno, da totalidade dos conteúdos políticos e culturais do "norte", no esquadro da atual institucionalidade, tão rudemente fragilizada pela desregulação das relações sociais e, também, de um seletivo conjunto de instituições posicionado entre Sociedade Civil e Estado. A atualização institucional via a completa introjeção da idéia de missão, este eterno "norte" da modernidade que mesclou (e mescla) aventura e trabalho, corresponde a uma ainda difusa vontade de conter a totalidade da mudança no que já existe. Com este enquadramento, perde-se a possibilidade de reconhecer e de valorizar os processos instituintes, que podem ultrapassar as formas atuais de organização da Sociedade Civil e a própria configuração do Estado. Os processos instituintes, que são de natureza conflituosa, contêm as forças estruturadoras de diferentes futuros, incluindo aqueles que ordenaram, desde o séc. XVIII, a configuração do Estado moderno.

Com esta última colocação, desejamos salientar mais um desafio da área do planejamento urbano e regional. É indispensável preservar o debate do "norte", recusando o aprisionamento da área no debate do "modelo", mesmo que este debate seja conduzido pelo pensamento crítico, como exemplificam análises, feitas pela área, do planejamento estratégico e do modelo das chamadas cidades globais. A tendência ao aprisionamento no "modelo" surgiu, nas duas últimas décadas, com o predomínio da informação sobre a ciência, a constituição de um mercado de modelos e, ainda, da expansão do treinamento frente a recuos observados na formação epistemológica e científica. Em resistência, afirmamos que é o "norte" que manifesta, em plenitude, a vontade política e, não, o "modelo". Na ausência da compreensão íntegra do "norte", cada vez mais conduzido pela dinâmica do capital financeiro, o debate do "modelo" estimula uma redução - e, logo, a abstração - inadequada de determinantes da ação planejada e planejadora. Com esta abstração, é impossível apreender sentidos da agência dominante e, de maneira mais lesiva, sentidos da resistência social aos desígnios que orientam esta agência.

No presente, a retenção do debate na dimensão do "modelo" reduz a percepção das condições econômicas e políticas em que acontecê, a cada conjuntura, a (re)formulação do futuro. Antes, "norte" e "modelo" eram mais próximos, envolvendo a referência a idéias-síntese do tipo: progresso, civilização, cultura, soberania, autonomia, desenvolvimento. Agora, o "norte" encontra-se controlado em arenas políticas privilegiadas, enquanto versões diminuídas das anteriores idéias-síntese, transformadas quase em palavras-chave, são absorvidas na (re)produção do "modelo". Como compreender, de outra forma, a inclusão da "participação", da "democracia" e do "ambiente" como critérios utilizados na decisão de investimento das agências multilaterais

de desenvolvimento? Como compreender, de outra maneira, a veloz transformação de critérios acionados na decisão de investimento em parâmetros de avaliação dos resultados obtidos pela própria intervenção planejada?

Evidentemente, esta transformação de idéias-síntese em critérios e parâmetros da intervenção planejada corresponde a uma leitura sistêmica da realidade social. Neste tipo de leitura, tensões e conflitos são substituídos por *inputs* e *outputs* e, desta maneira, por formas de controle da incerteza que caracteriza a realidade em movimento. Afinal, entre *inputs* e *outputs*, são preservados, apenas, os processos que já foram aceitos pela agência dominante e transformados em programa. Assim, somente a estes processos seriam aplicáveis, ao final de todos os cálculos, as noções de eficiência e eficácia. É esta lógica restritiva que surge associada à diminuição dos investimentos públicos em cada uma das faces das políticas sociais e territoriais. Trata-se de uma lógica micro, orientada pela escassez do imediatamente vivido e, não, pelo desejo da abundância. Esta é, também, uma lógica repetitiva que explica a atual valorização do pensamento funcionalista e, *last but not least*, o retorno de Talcott Parsons, também êle devidamente reduzido, e das teorias dos sistemas, também elas descompromissadas dos seus vínculos com a história da ciência.

Consideramos a transformação de ideários em critérios de financiamento e em parâmetros de avaliação da aplicação de recursos como particularmente relevante para a formulação de hipóteses explicativas de tendências recentes do planejamento urbano e regional. Seriam algumas destas tendências: a inclusão do ativismo econômico no planejamento territorial; a privatização (e a terceirização) do próprio planejamento; a afirmação incontestada do localismo como ideologia substitutiva do desenvolvimentismo; a substituição da anterior ênfase nos sujeitos coletivos pelo destaque hoje atribuído ao protagonismo; a emergência de novos atores do planejamento como indica a presença de ONGs na formulação de projetos e no monitoramento de investimentos públicos; a redução dos papéis exercidos por lideranças populares tradicionais e a conquista de espaço político por lideranças de novo tipo, mais adaptadas às formas atuais de investimento e ao seu controle. Estes processos nos informam sobre os rumos tomados pela economia e política e, também, sobre os novos atores e escalas do planejamento territorial.

Porém, para preservar o objetivo maior deste texto, que é valorizar a reflexão do "norte" da ação planejadora, devemos acrescentar que essas tendências não se manifestam, apenas, na área do planejamento urbano e regional. Elas dizem respeito, sobretudo, à nova dinâmica das relações Sociedade Civil – Estado, hoje muito mais complexa. Como se manifesta esta complexidade? Observemos alguns processos: 1 – intensificação do financiamento internacional a formas de organização da sociedade

civil; 2 – absorção, pela Sociedade Civil, de ideários e projetos surgidos na escala mundial; 3 – adaptação crescente da ação do Estado a metodologias de planejamento desenvolvidas pela (e para a) iniciativa privada; 4 – aceleração das disputas territoriais, envolvendo um número crescente de atores sociais e políticos; 5 – fragilização das instâncias políticas em decorrência de sua incapacidade de dar resposta à urgência social; 6 – mercadorização da política econômica e da política social, com a sua conseqüente transformação em “produtos” similares aos oferecidos pelo terciário avançado; 7 – descompromisso das forças políticas e do aparelho de governo para com a configuração de vínculos integradores e estáveis entre economia e sociedade; 8 – ameaças crescentes a direitos adquiridos e criação de novos “direitos” socialmente limitados e instáveis; 9 – cotidianização das políticas públicas, em decorrência da incapacidade financeira, mas também política, do Estado de arcar com metas estruturais.

Assim, diferentes processos, expressivos da instabilidade das relações Sociedade Civil-Estado, estimulam a transposição de conteúdos do “norte” da ação planejadora para os limites do “modelo”. Esta transposição faz com que orientações culturais do “modelo” alimentem novas ideologias com forte presença na mídia e em ambientes profissionais. São estas ideologias, prisioneiras do “modelo”, que orientam a leitura do atraso, da barbárie, da anomia e da ignorância a partir de diferentes sintomas sociais e, não, leituras estruturais e projetivas da formação social. Desta forma, históricas características da ação planejadora, tal como a de mimetizar experiências e ideários dos países centrais, têm sido atualizadas através de operações redutoras do sentido histórico destas mesmas experiências e ideários. É por este caminho que podemos compreender a entrada do planejamento, esta prática geradora de futuro, nos arranjos estratégicos do presente amplificado.

Esta entrada do planejamento na arena política do presente amplificado pode implicado no controle do próprio planejamento, esta potencial arma política dos que anseiam pela superação da injustiça social. Concretamente, sabemos que o planejamento pode desestabilizar realidades econômicas e sociais, como tão bem indicou Maria Victória Benevides para o período JK. Interessa, portanto, refletir se esta capacidade tem sido controlada e, até mesmo, destruída na atual fase do capitalismo. Para a compreensão de dilemas atuais da sociedade brasileira, interessa, sobretudo, realizar um rigoroso balanço dos resultados alcançados com a defesa da bandeira legítima da democratização do planejamento após o período modernizador comandado pela ditadura militar.

O planejamento tem sido democratizado ou paulatinamente desconstruído como síntese projetiva da vontade coletiva? Na experiência brasileira, a perda de relevância, ao nível federal, dos órgãos de planejamento territorial; a ambigüidade¹ que cercou (e cerca)

a descentralização administrativa; a fragilidade do pacto federativo, esvaziado de claros compromissos com a partilha de responsabilidades, entre as unidades da federação, na garantia do bem-estar coletivo; o não cumprimento de obrigações constitucionais relacionadas à cidadania, afetando a transparência no uso de recursos orçamentários; a financeirização das políticas sociais (habitação, saúde e educação) e o privilégio atribuído aos códigos da nova gestão indicam, com clareza, que a resposta à pergunta anterior é, de fato, a alternativa que aponta para a desconstrução do planejamento.

Trata-se da existência de uma espécie de plano de fuga, segundo o qual conquistas sociais, quando chegam a acontecer, são estrategicamente limitadas a espaços institucionais esvaziados de recursos, de poder e de condições políticas para a defesa de projetos alternativos. Não fazemos esta afirmação com base em algum tipo de teoria da conspiração. A desconstrução do planejamento corresponde a mudanças no cerne da própria realização do capitalismo em sua forma periférica e, também, em ideologias com forte influência na máquina de governo, como indicaram as referências anteriores à substituição do "norte" pelo "modelo". Frente aos movimentos de desconstrução do planejamento têm emergido, e ganhado prestígio, outras práticas de planejamento concebidas sob o ideal da participação. Entretanto, estas práticas precisam ter os seus limites reconhecidos, sendo esta uma outra obrigação da área do planejamento urbano e regional. São exemplos merecedores de atenção: o orçamento participativo e os conselhos gestores das políticas sociais. Estas práticas têm significado, concretamente, a democratização do planejamento? O planejamento tem sido efetivamente formulado em seu âmbito? Estas práticas conseguem ultrapassar o nível local, como poderia indicar a afirmação, por exemplo, um projeto de gestão democrática e popular de metrópoles? Acreditamos que estas práticas não têm conseguido proporcionar a recuperação do debate do "norte", deixando órfãos os movimentos que hoje lutam por uma apropriação democrática do espaço herdado.

Conservação e mudança, permanência e transformação

A redução da intervenção do Estado, juntamente com o ativismo econômico e a ausência de projetos abrangentes que visem a integração social conformam os termos de uma equação política que só pode ser descrita com a metáfora de um caldeirão no qual a pressão é crescente. É esta a imagem transmitida pela atual multiplicação de projetos que não ultrapassam o presente amplificado: poucos recursos, metas restritas, instabilidade financeira, aguda seletividade social. A fervura deste caldeirão não dependeu (ou depende) apenas de causas próximas, como seria talvez

mais conveniente afirmar, já que esta afirmação permite concentrar a análise crítica do presente na globalização econômica e na pauta neoliberal.

Ao contrário do que essa afirmação permite compreender, acreditamos que o presente contém tensões advindas de formas pretéritas de ação planejada. Uma parte das tensões e dos conflitos atuais tem origem em erros cometidos pelo planejamento e, também, nos limites da própria modernização alcançada através do planejamento. Afinal, sempre é bom lembrar que a seletividade social, a prepotência e o autoritarismo não caracterizam apenas a última modernidade. Não há dúvida de que as anteriores modernizações geraram anseios coletivos que permaneceram sem resposta. Com a parcial manifestação de ondas e ciclos modernizadores, gerada pelo planejamento pretérito, foram estimuladas expectativas sociais sem que os instrumentos de sua satisfação estivessem garantidos. Basta realizarmos, aqui, o confronto entre a escala alcançada pela urbanização nos anos 70 e as condições de vida urbana oferecidas na década e durante a redemocratização da sociedade brasileira.

Por outro lado, futuros alternativos foram negados na medida em que projetos de modernização conduziram a máquina de governo e os investimentos públicos e privados. Expectativas frustradas e uma parte dos futuros negados no passado continuam vivos. Trata-se, portanto, de uma dialética conservação – superação que resulta, no presente, numa apenas aparente única espaço-temporalidade. Esta aparência tem sido fortalecida por representações difundidas por agentes envolvidos com a gestão do presente. Em diferentes extensões do espaço herdado, convivem sobrevivências de modernizações pretéritas e memórias de antigas promessas. Estes elementos culturais e políticos, em geral maltratados pelas teorias acionadas na área do planejamento urbano e regional, permanecem latentes, emergindo na forma de explosões sociais, que continuam sem interpretação, ou em períodos eleitorais, quando o “social” volta-se por vezes contra a “sociedade”, para utilizarmos a orientação oferecida por Renato Janine Ribeiro para a análise da reprodução da ordem hierárquica no país. Aliás, é nos períodos em que o “social” finalmente aparece em cena que são mais ouvidas generalizações auto-destrutivas do tipo: “o povo brasileiro não sabe votar”, “o Brasil não tem jeito mesmo”, “êta povinho ignorante...”.

Esses estereótipos e preconceitos permitem lembrar a permanência da situação colonial e periférica, em meio à instalação dos fluxos da última modernidade. Talvez seja mais justo dizer que, nesta situação ou posição face ao mundo, convivem quatro grandes espaço-temporalidades em conflituosa interação: 1 – a conformada pelo que jamais foi incorporado completamente, ao longo do século passado, pelos impulsos modernizadores da formação social (economia de subsistência, grupos e terras indígenas, uma grande fatia das estratégias urbanas de sobrevivência); 2 – a conformada por

impulsos modernizadores pretéritos, hoje submetida a processos de ajuste e dissolução decorrentes da atual fase do capitalismo (grandes plantas industriais e centros comerciais concentrados em espaços metropolitanos); 3 – a conformada pelos impulsos da última modernidade, como exemplificam os enclaves habitacionais para a classe alta, os nichos que concentram as empresas com elevada incorporação de tecnologia e os denominados edifícios inteligentes); 4 – a conformada pelas resistências e conquistas sociais (favelas, ocupações de terra rural, quilombos, ocupações de prédios). Todas estas espaço-temporalidades encontram-se submetidas a uma dupla tensão: a formada pela (im)possibilidade de realização plena da ordem capitalista e, a decorrente da hipótese socialista, em suas diferentes versões políticas e culturais (do cristianismo primitivo, passando pelas colônias anarquistas e as experiências de autogestão, até atingir as formas jurídicas contemporâneas de uso compartilhado da terra e os ideários libertários radicais).

Os preconceitos e estereótipos, que por vezes tomam a cena política e midiática, demonstram a vontade de alisar a complexidade acima esboçada. Este alisamento, convém acrescentar, só pode ser desejado por aqueles que usufruem de condições suficientes de proteção e, portanto, de garantia de projeção da própria existência. Tal alisamento, sem dúvida, é completamente negado pelas condições materiais e imateriais da experiência coletiva. É a multiplicidade espaço-temporal e, assim, de sentidos da experiência social que transparece nos exemplos abaixo elencados:

1. gigantismo dos códigos e heterogeneidade de normas, inclusive urbanísticas. Trata-se de uma heterogeneidade que resulta da acomodação, negociada ou violenta, entre "coisas" distintas, que correspondem a projetos distintos e a tempos sociais distintos. As seguidas concessões, que constituem uma espécie de *savoir faire* da administração pública, constituem uma demonstração de que a adesão à norma única constitui uma fantasia nas sociedades periféricas. Como seria possível ajustar, sem maiores atritos e conflitos, as mais antigas formas de propriedade privada com as que decorrem da conquista da terra rural e urbana e, também, com os novos processos corporativos de produção da cidade geridos pelo capital financeiro?

2. no ajuste ao mesmo, ao único, ansiado em tantos planos e projetos, ignora-se o que é injustável, já que correspondente não apenas a contradições (como desejou ver o marxismo mecanista aplicado ao urbano) mas, também, a diferentes tempos sociais de projetos do Outro. É pela impossibilidade deste ajuste que o planejamento tendeu, historicamente, a ser concebido num nível muito elevado de abstração, com apoio na economia, uma ciência particularmente aberta à modelagem do real,

ou com apoio em tendências da administração privada. Uma das expressões mais evidentes do tipo atualmente predominante de abstração seria, ao nosso ver, o case, tão destacado no ensino da administração e do marketing. Também não é demais dizer que é a lógica do case que, noutra âmbito institucional e político, emerge nas denominadas "melhores experiências ou práticas". As fronteiras entre case e "modelo" não são absolutamente intransponíveis, como podemos verificar.

Reconhecemos uma outra manifestação do anseio pelo alisamento, na pressão pelo ajuste das economias periféricas aos comandos da economia mundial, ao seu ritmo e às suas metas. A face perversa desta pressão, há pouco tempo denominada através da ridicularizante expressão "dever de casa", fica clara quando é constatada a destruição do tecido social trazida pelo chamado ajuste estrutural. Os termos deste ajuste correspondem à eliminação dos outros futuros que permanecem contidos no presente e, também, à extinção dos modos de vida expressivos de outros tempos sociais. Conhecendo-se os limites das sucessivas modernizações a que foi submetida a formação social brasileira, sabemos que estes futuros e modos de vida correspondem às condições de existência da maioria e, também, aos ideários e experiências políticas mais consolidados na sociedade brasileira. O ajuste estrutural demandado pelos comandos da economia mundial não se referem, apenas, à economia. Incluem, necessariamente, o território e a política.

3. ainda outro exemplo de multitemporalidade pode ser encontrado na estrutura interna da própria máquina de governo. O Estado brasileiro pode ser descrito como uma vastíssima memória das relações Sociedade Civil-Estado, mesmo frente aos processos de privatização das últimas décadas. Nesta memória, coexistem conquistas sociais de diferentes idades, o resultado alcançado por diferentes projetos políticos e os arranjos de interesse intra elites de diferentes períodos históricos. Assim, se há privatização do Estado, esta acontece sobre a base construída por anteriores privatizações e, também, a partir da destruição de saberes técnicos, meios de poder e de formas de normatização de relações sociais. A modernização correspondente a cada grande período encontra-se escrita na estrutura do Estado e na dinâmica da máquina de governo, fazendo com que a instauração da última modernidade dependa do acionamento de estratégias contratuais e administrativas que permitam relativizar o peso do passado. É em direção a esta desejada relativização que surge o recurso à administração direta e, ainda, a consultorias e assessorias. Também nesta direção, pode ser registrado o grande número de cargos disponíveis para a inserção, na máquina administrativa, de quadros confiáveis

para cada governo. O volume destes cargos aponta, justamente, para a multiplicidade de tempos cristalizada no Estado, que desobedece à ordens do último governante e à aliança de forças políticas que o apóia. Por mais aderente ao "novo" que pareça ser a superfície da sociedade brasileira, existe uma vastíssima imanência² que estimula inumeráveis ações disruptivas em cada engrenagem da máquina de governo.

Agora, é o "método" que predomina na máquina de governo, já que procura-se substituir ideários pela racionalização de custos e pela eficácia que acompanham o ajuste estrutural da economia brasileira aos comandos da economia globalizada. De fato, o ajuste da máquina de governo tem sido buscado através de uma crescente intervenção do "método" mas, também, através das redes técnicas, que prometem a unificação de todas as ações. Este ajuste superficial, apoiado na informação administrada e administrativa, dialoga, com dificuldade, com a multitemporalidade da máquina de governo, sobretudo quando este diálogo não contempla o "norte", ou seja, não corresponde à tradução de ideários em gestos administrativos concretos.

A informação administrativa não pode substituir o discurso que é indispensável ao convencimento e à adesão espontânea a novos governantes. A informação puramente administrativa, condensada em indicadores de desempenho, é geradora de táticas de resistência. Estas táticas também deveriam ser objeto de reflexão na área do planejamento urbano e regional, na medida em que são sintomas da cristalização de ideários e de racionalidades em disputa no campo das políticas públicas. Também a pressão exercida, sobre o funcionalismo público, pelos novos atores do planejamento mereceria a reflexão desta área, na medida em que trata-se de um *enjeu* de novo tipo, onde são disputadas as possibilidades de resposta às demandas sociais, assim como, as possibilidades de efetiva interlocução com a Sociedade Civil organizada.

Para trás, para frente e em direção ao mais além

Uma outra possibilidade, radicalmente distinta, de descoberta de um único projeto seria aquela, como propôs Sartre, que alcançasse encontrar a unidade profunda de sentido que permanece imanente às diferenças e singularidades vivenciadas no presente. Mas, evidentemente, esta unidade não se deixa apreender sem a inclusão de níveis mais elevados de desvendamento do concreto. Para este desvendamento, seria necessário distinguir entre o que este autor denominou de passado-ultrapassado e de passado-ultrapassante, isto é, aquele que ainda preserva a capacidade de formulação do futuro.

Para este autor, o passado ultrapassante ainda pertence ao campo dos possíveis do presente, podendo, portanto, ser incorporado a novos projetos. Exemplos desta possibilidade podem ser facilmente encontrados na história recente da América Latina (movimento zapatista, a ascensão de um aymara à presidência da Bolívia). A sua gênese anterior, e até mesmo ancestral, demonstra que passado ultrapassante não é uma coisa morta, um "velho" tranquilizador e facilmente omitido na disputa entre projetos para o futuro. Em oposição a esta leitura da história defendida por tantos modernistas, o enraizamento cultural do passado ultrapassante faz com que o seu sustento em práticas sociais, inclusive naquelas que dão vida à máquina de governo, possa ser mais largo do que o conquistado pelo "novo". É por esta razão que Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira, com outras inquietudes com relação aos enigmas da sociedade brasileira, puderam reconhecer a dialética inconclusa conformada pela tendência à modernização do arcaico e/ou à arcaização do moderno.

Sem a distinção entre passado ultrapassado e passado ultrapassante, caímos na ilusão criada pela temporalidade singela e simples do "modelo", que não ultrapassa os mandatos políticos ou a cronologia criada por interesses que buscam, a cada novo momento, a hegemonia cultural e política. Sem esta distinção, somos incapazes de compreender os sentidos mais amplos da formação social, já que esta é anulada frente aos termos da última fase do capitalismo que, como também sabemos, é altamente seletiva e fragmentadora. Como seria possível aceitar esta anulação sem opor a resistência analítica da multitemporalidade da formação social? Como não insistir na complexidade que é intrínseca à posição periférica?

O passado ultrapassante não se desmancha no ar mas, somente, o passado ultrapassado. A força do passado ultrapassante convive com o novo novíssimo, outra categoria de Milton Santos que nos ajuda a pensar a fragilidade do pensamento que se expressa através da apologia do "novo". É este pensamento, tão ao gosto dos defensores de doutrinas, que impossibilita a compreensão de anseios (sonhos, projetos e desejos) que, originados em tempos sociais subalternos ou tornados "velhos" por códigos da última modernidade, encontram-se subjacentes a tantos movimentos sociais e a tantas formas espontâneas de ação social. Nas sociedades periféricas, o passado ultrapassante pode ser mais poderoso do que o novo novíssimo, colaborando para que o envelhecimento de elementos da última modernidade ocorra de forma ainda mais rápida do que nos países centrais. Simbolicamente, este envelhecimento transparece na má conservação dos prédios públicos e no cerco, destes prédios, por favelas em expansão.

Rápido retorno ao pensamento modelar

Atualmente, mesmo frente à crise da modernidade (concreta ou projetada) e a inexistência de projetos convincentes de modernização, persiste a influência de uma leitura modelar da realidade social, que é antagônica ao estudo da transformação sócio-territorial do país e, sobretudo, do território usado. O “modelo” de última geração, e os investimentos realizados pelo pensamento crítico que visam a sua destruição, praticamente tomam a cena intelectual. Nesta direção, quem não se lembra do predomínio, em décadas anteriores, do exemplo oferecido pelos denominados Tigres Asiáticos, depois substituídos pela Terceira Itália, com destaque para o capital social, e pelas cidades globais? Aliás, estes três exemplos praticamente cobrem a agenda atual das mais diferentes forças políticas: da hipervalorização das inovações tecnológicas, consideradas em si mesmas portadoras de futuro e de soluções para a questão da educação, até a inclusão da cultura e da natureza como fatores econômicos, as formas predominantes de valorização do patrimônio histórico e o desenho das políticas sociais.

A partir dos anos 80 e sobretudo da década de 90, acentua-se a influência do pensamento modelar, em reforço da ação operacional e pragmática. Esta influência decorre, sem dúvida, da densificação da escala mundial, originada da globalização da economia e das estratégias adotadas no controle da crise de acumulação aberta há quase três décadas. Estas estratégias valorizaram a gestão de recursos e o monitoramento do presente amplificado. Porém, a ampla, e até mesmo incondicional, aceitação de tal influência não pode ser compreendida sem que sejam considerados fatores intrínsecos à sociedade brasileira e, assim, às relações de classe e às relações Sociedade Civil-Estado.

Afinal, pela crescente influência exercida pelo pensamento modelar, têm sido desestimulados os ensaios teóricos dirigidos à compreensão da formação social brasileira; a imaginação transformadora e, também, o domínio das singularidades a serem enfrentadas pelo planejamento. Deste último ângulo, têm sido diminuídos, na prática, os impactos analíticos da atual ênfase no lugar, no local ou, com outras palavras e conceitos, no contexto e no cotidiano. Desta maneira, podemos dizer que a alteração da escala de observação e de intervenção - com a passagem da nação ao lugar - deixa em grande parte inalterado o nível de abstração que orienta, usualmente, a concepção de projetos para o futuro coletivo.

Em complemento, anotamos que a preservação deste nível de abstração atualiza a presença do economicismo e do mecanicismo em leituras do território e das relações sociais. A redução da abstração não pode ser obtida apenas pela técnica e, sim, por mudanças político-culturais mais largas e pelo desvendamento de métodos

que subordinem modelo e técnica a articulações socialmente comprometidas entre teoria e empiria. A fragilidade destas articulações denuncia o fato de que a posição subalterna frente à dinâmica da economia-mundo, apesar de suas variações conjunturais, tende a permitir a omissão da formação social brasileira e, sobretudo, o sustento cultural da ação do Estado e os arranjos internos das forças econômicas e políticas.

Em sintonia com este diagnóstico, consideramos relevante destacar três entradas analíticas da evolução da sociedade brasileira, considerando as suas consequências para a organização espacial: 1 – o peso da estratificação social, da ordem hierárquica, na dinâmica das relações de classe e na ação do Estado; 2 – os limites da modernização econômica, social e cultural e, logo, do impulso transformador do capitalismo, especialmente no que concerne as formas de apropriação do espaço herdado; 3 – o poder de determinação dos fatores culturais e ideológicos nos processos de marginalização social.

Estas entradas analíticas fazem parte da tradição reflexiva das ciências sociais. Entretanto, apesar de sua relevância e consistência, têm sido secundarizadas em estudos, mais recentes, que apóiam o planejamento territorial e, também, na reflexão crítica do "modelo" subjacente a esta dimensão do planejamento. Propusemos, em resistência a esta secundarização, um recuo espaço-temporal para a compreensão do presente. Com este recuo, pretendemos resgatar características da formação social que podem ser úteis à análise de contextos e à compreensão do território usado (SANTOS).

Assim, em relação à ordem hierárquica, acreditamos ser relevante destacar mecanismos de poder que interferem no uso dos recursos públicos, em formas de exercício do direito de propriedade e na composição do poder local. Com o apoio da segunda entrada analítica, consideramos relevantes questões relativas à sobrevivência de práticas políticas pretéritas, responsáveis pela preservação de privilégios, pela privatização do Estado, pela amplitude da desigualdade social e pela arcaização do moderno na sociedade brasileira. Por fim, destacamos elementos culturais e ideológicos que interferiram, e ainda interferem, na experiência urbana. Este fatores, associados a estereótipos e preconceitos, opõem-se à concepção de uma outra organização da vida urbana, mais igualitária e democrática.

Notas

- ¹ Convém registrar, aqui, que Sartre reconheceu nas ambiguidades a natureza de contradições ainda não amadurecidas. Para o nosso tema, esta natureza pode informar sobre futuros conflitos entre unidades da federação, relacionados às carências coletivas, à autonomia regional, aos usos do território e à definição do orçamento público.
- ² Fazemos, aqui, uma insubordinada referência à noção de imanência tão intensamente valorizada por Deleuze e Guattari. Na experiência periférica, impossível deixar de associar a imanência às instituições ordenadoras da vida coletiva. Elas já nos chegaram inteiras, conformando uma espécie de espaço herdado normativo e ideológico.

Referências

- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Qu'est-ce que la philosophie?* Paris: Les Éditions de Minuit, 2005.
- FERNANDES, Florestan. "Problemas de conceituação das classes sociais na América Latina", in: ZENTEÑO, Raul Bernardez (org.). *As classes sociais na América Latina*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*, São Paulo: Perspectiva, 2ª edição, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, Petrópolis: Vozes, 1988.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.
- SANTOS, Milton. "O território e o saber local: algumas categorias de análise". *Cadernos IPPUR*, v. XIII, n. 2, 1999.
- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- SARTRE, Jean-Paul. *Questão de método*, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.